

Os partidos trabalhistas no sistema multipartidário: um estudo comparado das trajetórias do PTB (1945-1964) e do PT (1980-2002)

Geralda Luiza de Miranda¹

RESUMO

O artigo discute a trajetória dos partidos trabalhistas, comparando o movimento, no espectro ideológico, do PTB (1945-64) e do PT (1980-2002). Argumenta-se que o posicionamento ideológico dos partidos é dado pelas suas metas e pelas estratégias elaboradas para sua implementação. A natureza das metas depende do equilíbrio de poder dentro da organização. A definição das estratégias, se moderadas ou radicalizadas, depende da dinâmica dos jogos que se desenvolvem nas arenas eleitoral e decisória. A proposição que orienta a análise é a de que quanto maior for a inserção dos partidos trabalhistas, na arena decisória, maior a possibilidade de que eles tracem metas situadas mais ao centro do espectro ideológico. Nesse sentido, o argumento é semelhante ao apresentado por Przeworski para explicar a moderação dos partidos socialistas. No entanto, esse movimento pode ser retardado, se houver alteração no equilíbrio de poder na organização a favor dos militantes, ou mesmo impedido, se houver radicalização do sistema político. Esses dois fatores explicam porque o PTB, apesar de fortemente inserido no Estado, deslocou-se da posição de centro-esquerda para a de esquerda radicalizada.

Palavras-chave: PT, PTB, partidos políticos, ideologia, sistema partidário brasileiro.

Abstract

The article discusses the trajectories of Brazilian Labour Parties, comparing the movement, in the ideological spectrum, of PTB (Brazilian Labour Party, between 1945 and 1964) and PT (Workers Party, between 1980 and 2002). We argue that the parties' ideological positions are set by their goals and the strategies they adopt to implement these goals. The nature of the goals depends on the equilibrium of power within the organizations. The definition of the strategies – if moderate or radical – depends on the dynamics of the games developed in the electoral and ruling arenas. Our main hypothesis is that, the greater the insertion of Labour Parties in the ruling arena, the greater their possibility to search for ideological center-wing goals. Our hypothesis, therefore, is similar to that Przeworski has presented in order to explain the political moderation of Socialist Parties. However, such a movement can be delayed if occurs an alteration in the power equilibrium within the organizations in favor of the militants, or it can even be stopped, if the political system becomes more radicalized. Both factors explain particularly why PTB, despite heavily inserted in the State, moved from left-center-wing to radical-left-wing in the ideological spectrum.

Keywords: Brazilian Labour Party; Workers Party; ideological spectrum.

Este artigo tem como objetivo discutir o posicionamento ideológico dos partidos políticos trabalhistas, nos sistemas multipartidários, a partir da comparação das trajetórias do

¹ Bolsista CAPES. Mestre e doutoranda em Ciência Política (FAFICH/UFMG). Pesquisadora do Centro de Estudos Legislativos do Departamento de Ciência Política (FAFICH/UFMG).

Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de 1945 a 1964, e a do Partido dos Trabalhadores (PT), de seu surgimento, em 1980, até 2002. A escolha desses dois partidos se justifica pelo fato de eles serem os principais partidos de esquerda dos dois principais períodos democráticos da história brasileira. Ambos surgiram depois de prolongadas ditaduras, a Era Vargas (1930-1945) e o Regime Militar (1964-1985), no bojo de dois intensos processos de redemocratização, e lograram significativa inserção em cargos dos Poderes Executivo e Legislativo nos diversos níveis da federação brasileira. No entanto, a trajetória de ambos é completamente inversa. O PTB situou-se, inicialmente, na posição de centro-esquerda, propugnando o anticomunismo, o trabalhismo e o nacionalismo, deslocando-se, ao longo do período, para uma posição de esquerda radicalizada na defesa das reformas de base; o PT, por outro lado, surgiu e se desenvolveu à esquerda do espectro ideológico partidário, inclusive, nos primeiros anos, propugnando o socialismo de forma anti-sistêmica. Em 2002, o partido conquista a Presidência da República, ocupando uma posição de centro-esquerda na defesa do “aperfeiçoamento da democracia brasileira”.

A definição do posicionamento ideológico dos partidos não tem sido uma tarefa fácil para a Ciência Política. As dificuldades advêm tanto do fato de que os partidos mudam de posição ao longo de suas trajetórias políticas, como é o caso dos dois partidos em tela, quanto da falta de consenso sobre quais critérios importam para essa definição. Mesmo considerando, como se pretende aqui, que a dimensão relevante para a definição desse posicionamento, nas sociedades capitalistas, relaciona-se ao grau em que se defende a intervenção do Estado na economia, outros fatores podem ser considerados plausíveis. Entre os que são mais comumente apontados, destacam-se: (a) a origem sociológica dos integrantes da organização partidária, oscilando o foco entre os filiados, apoiadores ou militantes, a depender do tipo de organização (DUVERGER, 1987), ou os membros de sua “coalizão dominante” (PANEBIANCO, 1990); (b) suas metas políticas, normalmente consubstanciadas em seu programa político e presentes no discurso das principais lideranças; (d) as políticas públicas implementadas, no caso dos partidos que já governaram.

Neste artigo, não são enfocadas diretamente a origem sociológica dos membros nem as políticas implementadas por ambos quando participaram de governos federal ou estaduais. Centram-se as metas/preferências e, buscando contribuir para a definição dos critérios relevantes para o posicionamento ideológico, aponta-se para a importância das estratégias elaboradas para a implementação dessas metas. Propõe-se que a natureza das metas, de

esquerda, centro ou de esquerda, depende do equilíbrio de poder dentro da organização. A natureza das estratégias, se moderadas ou radicalizadas, é influenciada por fatores externos à organização, mais especificamente, pela dinâmica dos jogos que se desenvolvem nas arenas eleitoral e decisória.

A proposição que orienta a discussão é a de que, nos sistemas multipartidários, quanto maior for, ou tornar-se, a inserção dos partidos trabalhistas na arena decisória, maior a possibilidade de que eles tracem metas situadas mais ao centro do espectro partidário, na medida em que essa inserção lhes exige contemplarem uma gama maior de interesses. Em linhas gerais, esse é o argumento desenvolvido por Przeworski (1989), para explicar a trajetória dos partidos socialistas europeus no início do séc. XX, e que tem sido utilizado para explicar o movimento realizado pelo PT a partir da segunda metade da década de 1980. A moderação dos partidos socialistas, no entanto, como o próprio Przeworski salienta, depende da estabilidade do sistema político. Caso haja instabilidade, a incerteza incentiva a radicalização das posições que, se combinada com o fortalecimento da organização partidária, faz com que o partido desloque-se para posições mais extremas. Esse foi o movimento realizado pelo PTB, no sistema de 1945-64, apesar de sua crescente inserção no Estado.

A discussão está organizada assim: na primeira seção, é apresentado um modelo teórico de jogos em “múltiplas arenas” (TSEBELIS, 1990), flexibilizando as noções de partido e ideologia, propostas por Downs (1999); nas segunda e terceira seções, são analisadas as trajetórias dos dois partidos, enfocando sua evolução organizacional e as correspondentes mudanças das metas, e a influência exercida pela dinâmica da competição política das arenas eleitoral e decisória, nas mudanças das estratégias.

I – Definição das metas partidárias nos jogos em múltiplas arenas.

No modelo de análise proposto por Downs (1999), as informações centrais para um partido elaborar seus cálculos eleitorais, e conquistar a reeleição, são: o tipo de sistema partidário em que está inserido; a posição ideológica dos outros partidos nesse sistema; e, por fim, a distribuição dos eleitores na sociedade. Esses dados lhe informariam qual posição deve ocupar e o tipo de recurso que deve utilizar: ideologias ou políticas. Nesse sentido, conforme Tsebelis (1990:51), a ação racional não é apenas mutuamente ótima, estratégica; ela é também “uma adaptação ótima a um ambiente institucional”, posto que este estipula as *regras do jogo*.

A partir desse arcabouço, as mudanças de posicionamento do PTB e do PT

deveriam ser explicadas a partir de suas preferências, de seus recursos e das instituições eleitorais vigentes em cada período. Argumenta-se aqui que esses fatores não são suficientes para a análise das trajetórias desses partidos. A análise parcimoniosa de Downs parte dos pressupostos de que os partidos estão direcionados para o governo, que a competição é centrípeta, que a ideologia é utilizada de forma instrumental por partidos e eleitores. O PT, no entanto, foi inicialmente ambíguo em seu posicionamento diante do governo; a competição, no período de 1945 a 1964, nem sempre foi centrípeta, e as ideologias nem sempre foram utilizadas de forma instrumental. Essas evidências, contudo, não implicam que não possamos imputar racionalidade ao comportamento desses partidos, mas sim que devemos flexibilizar o modelo. Iniciemos pelas noções de ideologia e partidos políticos.

Pizzorno (1975) salienta que partidos são instrumentos que organizam a participação política de atores privados na definição da ação estatal. Nesse sentido, constituem, ao mesmo tempo, sistemas de interesse e sistemas de solidariedade. Enquanto sistemas de interesse, os partidos organizam a ação de atores que buscam distinguir-se uns dos outros, melhorando sua posição relativa. Para que qualquer ação seja possível e efetiva, seus resultados devem ser mensurados, avaliados a partir de critérios comuns aos atores envolvidos na ação e àqueles para os quais essa ação se direciona. O estabelecimento de uma “área de igualdade” é, assim, a condição para que a participação política possa efetivar-se. Isso porque, salienta Pizzorno, “sólo se participa entre iguaes” (1975: 36-7), mesmo que a área de igualdade restrinja-se, como diz Reis, ao mero compartilhamento de “condições que permitem aos atores se empenharem no jogo de vantagens comparativas” (2000: 135).

Da condição colocada por Pizzorno (1975) para a participação, decorrem duas questões importantes. A primeira refere-se à criação de uma estrutura organizacional, mínima que seja, que “no sólo *traduce* las necesidades objetivas de una categoría o de un conjunto de personas, sino que más bien las *transforma* en fines que son, respecto de las necesidades objetivas, algo nuevo y diferente” (1975: 51). Nos partidos de massa, tais como o PT e o PTB, que reúnem tanto indivíduos que vivem em condições idênticas, trabalhadores e sindicalistas, por exemplo, mas também indivíduos

pertencentes a outros grupos ou classes, o conjunto de critérios de valorização da ação interessada, que “transforma as necessidades em algo novo e diferente”, é elaborado a partir da escolha de uma ideologia. Esta cumpre um papel essencial, na medida em que afirma e sanciona a vontade comum de igualdade, adquirindo um significado que ultrapassa a noção de mero instrumento utilizado por partidos políticos para a conquista de eleitores, nos sistemas multipartidários, como a vê Downs. Conforme Reis (2000), a ideologia “corresponde a doutrinas ou formas de pensamento relativamente estruturadas que delimitam o âmbito do compartilhamento de fins ou objetivos – o âmbito da solidariedade -, justificando-o em termos éticos, históricos, ‘científicos’ ou outros” (p. 135). Nesse sentido, ela pode ser utilizada não apenas para manipular os atores, convencê-los a aceitar condições que lhes são desfavoráveis; pode convencê-los a agir no sentido de realizar o interesse coletivo, desde que este seja compatível com o seu interesse próprio.

A segunda questão, que emerge da colocação de Pizzorno, refere-se ao que ele denomina “paradoxo organizacional”: toda organização, ao mesmo tempo em que estabelece, por um lado, uma área de igualdade, tende, por outro lado, “a converter-se em una estructura que tiene su fin en sí misma” (1975: 23), distinto da ação política. Essa distinção ocorre pela emergência de dois fenômenos inerentes ao processo de constituição organizacional: a burocratização e a participação associativa (subcultural). A burocratização, necessária à manutenção do aparato organizativo, significa a introdução de fins paralelos, relacionados à estabilidade e à hierarquia organizacionais. A participação associativa, que se relaciona aos fins identitários, tende a se converter em uma repetição das relações sociais de pertencimento, podendo perder o sentido de intervenção nas estruturas políticas.

Relacionados a esse paradoxo, Panebianco (1990) aponta para dois tipos de militantes: os arrivistas, que têm por meta incentivos seletivos, e os crentes, que se orientam para os fins organizacionais, de identidade. Os objetivos dos arrivistas logicamente só poderão ser alcançados se o partido alcança certa inserção institucional ou consolidação organizacional; os dos crentes não dependem necessariamente desses fatores, embora isso não implique que eles sejam, nos termos de Elster (1986), *process-*

oriented, mas sim que seus objetivos não se restringem à maximização de votos. Uma das consequências dessa estruturação, diz Panebianco, é que os partidos no governo, com acesso a mais recursos seletivos, têm mais chances de alterarem sua linha política que os da oposição. Considerando que uma estrutura organizacional é essencial para a distribuição de incentivos de identidade, os partidos que se desenvolvem na oposição são mais constrangidos por essa exigência.

De acordo com Panebianco, a linha política do partido é sempre objeto de disputa entre atores que controlam alguma “área de incerteza”² crucial para a sobrevivência da organização (1990: 83-103), isto é, entre os membros da “coalizão dominante”. Dependendo do tipo de partido, os militantes poderão influir nessa disputa, daí a importância do equilíbrio na distribuição de incentivos coletivos de identidade, posto que, com essa distribuição, os líderes adquirem legitimidade, um recurso importante nos jogos de poder verticais. Por isso, o termo ‘coalizão dominante’, pois mesmo quando parece que apenas um líder controla recursos importantes, o fato é que ele deve sempre negociar com outros atores para se manter no comando.

Os líderes buscam, por meio da distribuição de incentivos, uma participação que se manifeste na forma de apoio e não de protesto, expressando-se como um “mandato em branco”. Em geral, quanto mais amplo o mandato e quanto maior o controle interno sobre as áreas de incerteza mais legítima e estável a coalizão dominante e maior sua liberdade de ação nas arenas eleitoral e estatal. A existência de organização externa patrocinadora contribui para a formação de um partido frágil, na medida em que ela não tem interesse em fortalecê-lo além de certos limites. A consequência disso é que a lealdade dos militantes e dos eleitores em geral é primeiramente dirigida a essa organização e, secundariamente, ao partido.

Há algumas evidências empíricas que, além de corroborar os argumentos acima, auxiliam-nos a “modelar” os jogos dos partidos trabalhistas nas arenas decisória e eleitoral. Tsebelis (1990: 161-180) salienta que, nesses partidos, os militantes

² Conforme Panebianco (1990:83-8), as áreas de incerteza são: competência ou *expertise*; a gestão das relações com o ambiente; o controle das comunicações internas; o controle da interpretação das regras formais; o controle sobre as fontes de financiamento da organização e sobre as formas recrutamento.

normalmente se situam mais à esquerda, no espectro ideológico, em relação tanto ao eleitor em geral quanto aos eleitores do próprio partido. Conforme Duverger (1987: 35-95), partidos de origem externa, principalmente os de massa com orientação socialista, tendem a possuir organização interna democrática, possibilitando a participação efetiva dos militantes no processo decisório. Por outro lado, Duverger (1987: 315-385) e Sartori (1982: 156-170), atentos tanto à arena organizacional quanto à decisória, argumentam que os partidos de esquerda no, ou aqueles orientados para o, governo tendem a ter um posicionamento eleitoral mais ao centro do espectro ideológico, em resposta à necessidade de contemplar uma gama maior de interesses conflitantes, caso já estejam no governo, ou pelo fato de que possivelmente terão suas propostas colocadas à prova, caso o assumam. Assim, mesmo que os resultados da arena organizacional levem os partidos trabalhistas para uma posição mais à esquerda, eles podem ser obrigados a modificá-la, na arena eleitoral, dependendo de seus interesses na arena estatal. Esses incentivos são salientados por Przeworski (1989), na análise que empreende da trajetória dos partidos social-democratas europeus. Em seu entendimento, esses partidos moderaram suas metas, à medida que se inseriam na competição eleitoral com vistas à conquista do governo.

A comparação aqui realizada pretende salientar dois pontos, no que tange à trajetória dos partidos trabalhistas. Em primeiro lugar, nos sistemas multipartidários, como o brasileiro, o *trade off* que se verifica, na passagem de uma arena para outra, é mais acentuado que nos sistemas bipartidários ou nos sistemas de partido hegemônico, como no caso sueco. Em segundo lugar, essa trajetória depende do equilíbrio de poder entre os grupos que compõem a organização, o que, por sua vez, é fortemente influenciado pela dinâmica da competição no sistema político mais geral.

A partir dos argumentos acima, podemos dizer que o comportamento dos partidos, na arena eleitoral, insere-se em um superjogo que abarca preferências, recursos e regras prevalecentes nas arenas organizacional e estatal. No caso dos partidos de esquerda, o cálculo torna-se complicado, dada a possibilidade lógica, e também empírica, de que a realização dos interesses partidários exige posturas até contraditórias na passagem de uma arena para outra, sendo que, em cada uma delas, há diferentes

competidores, com diferentes estruturas de preferências, que buscarão maximizar dentro das regras impostas por diferentes estruturas institucionais, utilizando recursos e informações específicos.

Nos dois períodos democráticos em questão, temos as mesmas instituições políticas: federalismo, presidencialismo, sistema eleitoral majoritário, para os cargos executivos e de senadores, e sistema proporcional, com lista aberta, para deputados e vereadores. Novas regras e procedimentos internos ao Poder Legislativo e novas prerrogativas legislativas para o Executivo, introduzidas pela Constituição de 1988, alteraram de forma substantiva as relações entre Executivo e Legislativo e a dinâmica do processo decisório, em comparação ao período de 1945-1964 (FIGUEIREDO e LIMONGI: 1999). O argumento aqui é o de que essas inovações, aliadas a um maior consenso em torno das regras e procedimentos liberal-democráticos entre os atores político-partidários, contribuíram para a estabilidade do sistema atual e, por via de consequência, para a moderação das estratégias do PT, bem como para a mudança de suas metas políticas mais para o centro do espectro ideológico. A importância da estabilidade deriva do fato de que ela amplia o horizonte temporal das barganhas políticas, o que propicia a transformação da estrutura de preferências do dilema do prisioneiro, presente em grande parte das interações político-partidárias, em um jogo cooperativo. No período de 1945-64, a combinação institucional e a baixa adesão dos atores políticos aos marcos da democracia liberal fomentaram a instabilidade política e, conseqüentemente, a radicalização das estratégias políticas, inclusive as do PTB, impedindo que seu crescimento eleitoral e sua orientação para o governo influenciassem os jogos de poder, na arena organizacional, moderando metas e estratégias políticas, como ocorreu no PT.

II – PTB: Do trabalhismo getulista ao reformismo radical.

Refletindo os desafios colocados à elite estadonovista, co-agentes do processo de redemocratização de 1945, a ideologia do PTB, no sentido utilizado por Pizzorno, surgiu incorporando os desideratos de conservação da ordem sócio-política e de transformação dessa ordem, no sentido de uma maior intervenção do Estado na

economia, na regulação das relações sociais, especialmente, as relações de trabalho. Esses desideratos foram propugnados, respectivamente, pelos “trabalhistas getulistas” e pelos “trabalhistas doutrinários”.

Nos primeiros nove anos, a linha política do PTB - o trabalhismo, o anticomunismo e o nacionalismo - foi definida hegemonicamente pelos trabalhistas getulistas. Esse grupo se encontrava firmemente inserido na arena estatal e se orientava por um conjunto de valores que possuía a peculiaridade de terem sido “readaptados” do trabalhismo “inventado”, na conjuntura do pós-42 (GOMES, 1988), para um fim bastante específico, qual seja, o de mobilizar os “Trabalhadores do Brasil”, fornecendo a eles, ao Estado Novo e a seu líder máximo identidades novas, consoantes com o “espírito” de uma ordem liberal-democrática. Nesse sentido, o trabalhismo getulista não nasce com a criação do PTB em 1945; o partido é tão somente a conformação, a um contexto institucional liberal, da estratégia implementada pelos getulistas desde 1942.

A implementação dessa estratégia indica-nos que a ideologia do trabalhismo, nos moldes defendidos pelos getulistas, foi efetivamente utilizada de forma instrumental, nos termos de Downs (1999), o que não significa dizer que aquelas elites não acreditavam, no sentido mais verdadeiro do termo, naquelas idéias. O trabalhismo getulista realmente delimitava o âmbito do compartilhamento de fins ou objetivos, o âmbito da solidariedade. As ações de Getúlio Vargas e dos petebistas a ele vinculados denotam essa crença e só serão plenamente compreendidas, se vistas sob as lentes dessa doutrina. Esse fato aponta para dificuldades em se distinguir, na militância petebista, assim como na petista, crentes e arrivistas. Os interesses desses tipos se mesclam nas militâncias de ambos os partidos ao longo de suas trajetórias.

Comparando as duas primeiras tendências presentes no PTB, seguindo o estudo de Delgado (1989), tem-se que, em primeiro lugar, o trabalhismo doutrinário era “socialista” ou, nos termos de Alberto Pasqualini, o líder do grupo, “solidarista”. O trabalhismo getulista, conforme crítica do próprio Pasqualini, era essencialmente capitalista e conservador. Suas aspirações máximas foram contempladas pelo Estado Novo que beneficiara os trabalhadores urbanos, “outorgando” a eles garantias jurídicas nas relações de trabalho. Em segundo lugar, trabalhistas doutrinários e trabalhistas

getulistas possuíam aspirações diferentes, no que se refere ao papel que o PTB deveria desempenhar. Para os getulistas, o PTB era um instrumento dentro da estratégia mais ampla de preservação e ampliação da influência de Vargas na ordem política pós-45; para os doutrinários, um instrumento de reformas. Em terceiro lugar, os getulistas pretendiam a mobilização dos trabalhadores urbanos e sua incorporação controlada, ou seja, através dos sindicatos oficiais, à arena política; os doutrinários propugnavam a organização autônoma dos trabalhadores em torno de reformas econômicas e sociais e o fortalecimento da organização petebista, chegando, como no caso de San Tiago Dantas, um de seus nomes mais preeminentes, a propugnar a autonomia também dos sindicatos em relação aos partidos. Para os doutrinários, o PTB era um instrumento de mobilização e penetração na sociedade e de articulação policlassista na arena estatal. Em quarto lugar, os getulistas defendiam alianças com os outros partidos, como estratégia que propiciaria o fortalecimento e crescimento do partido; os doutrinários recusavam alianças e coligações. Em seu entendimento, os acordos com outros partidos contribuíam para retardar o processo de consolidação partidária, além de desviar os trabalhistas de seus objetivos maiores de transformação social. Por fim, os doutrinários eram autônomos em relação a Getúlio Vargas, ao passo que o grupo de políticos e sindicalistas getulistas tinha como característica principal o fato de se terem vinculado ao Estado Novo. Entre os getulistas, todavia, havia um grupo que não possuía vínculos com a ordem estadonovista, mas era leal à liderança de Getúlio. Entre eles, destacaram-se Leonel Brizola e João Goulart.

Nos primeiros nove anos, a despeito dos conflitos em torno de cargos e benefícios, propiciados pela participação do partido no governo federal, a convivência entre os dois grupos foi pacífica, em virtude das lideranças fortes de Vargas e, posteriormente, de Goulart. O carisma dessas lideranças, bem como o controle que os getulistas exerciam sobre recursos importantes para a manutenção da organização, permitiram que eles definissem hegemonicamente os rumos do partido em detrimento das preferências dos doutrinários. Estes, apesar de criticarem o vínculo personalista entre o PTB e Vargas, reconheciam que a figura deste era imprescindível para a consolidação do partido. Fernando Ferrari, um dos principais líderes do grupo, por

exemplo, dizia: “Deixemos que o Presidente passe... depois, se possível, faremos um partido” (GOMES, 1988: 62).

O controle que os getulistas exerciam sobre os rumos do partido refletia o desenho da organização: uma estrutura indireta, como propõe Panebianco (1990), ancorada nos recursos do Estado e dos sindicatos. Desde suas origens, diz Delgado (1989), o PTB constituiu-se enquanto elo entre Estado e sindicatos e entre estes e os trabalhadores, cooptando sindicalistas pela distribuição de empregos; mobilizando e angariando o apoio dos trabalhadores pela concessão de benefícios trabalhistas, assistenciais e previdenciários. O quadro é bem retratado por Afonso Arinos: O PTB nasceu dentro dos palácios presidenciais e no Ministério do Trabalho, robusteceu-se com a seiva retirada aos sindicatos oficiais de trabalhadores, controlados pelas autoridades, obteve recursos financeiros para a sua organização e formidável publicidade com magnatas notoriamente chegados ao governo e possivelmente com verbas oficiais” (*apud* DELGADO, 1989: 31).

Salientando a fragilidade da organização, Soares (2001: 163-4) argumenta que o PTB cresceu a partir de três estratégias: fazendo acordos, utilizando-se de recursos do Estado e recrutando seus militantes nos sindicatos. Os acordos possibilitaram sua inserção nas cidades médias e pequenas e zona rural. Às vezes, diz Soares, o PTB realizava acordos e “cambalachos”, dando apoio inclusive ao partido dominante, do qual obtinha recompensas diversas, como apoio eleitoral em outros níveis ou empregos, sobretudo, no nível municipal.

Cabe salientar, no entanto, que a realização de acordos foi, e ainda é, uma estratégia recorrente na grande maioria dos partidos brasileiros, não podendo ser creditada, como o faz Soares, ao oportunismo petebista. No final do período de 1945-64 e no período atual, as alianças e coligações, a que se refere Soares, são uma estratégia privilegiada, permitida pela legislação e exigida para vencer eleições e formar governos. Considerando que o PTB sempre participou do poder, como sócio minoritário, nos governos de Dutra, Vargas e Juscelino, e como titular do Executivo, no governo de Goulart, o desiderato de conciliação e negociação deveria sempre ser privilegiado na definição das metas do partido.

A inserção estatal do PTB foi além de sua inserção nas instituições

representativas, Legislativos e Executivos, e, nesse sentido, seus resultados foram não apenas a exigência de um posicionamento mais ao centro do espectro ideológico, nos primeiros anos, buscando contemplar os interesses de um eleitorado mais amplo. O vínculo do partido com o Estado foi reforçado também pela sua dependência “congenita” dos recursos da estrutura estatal, como diria Panebianco (1990). Nos primeiros anos, como informa Euzébio Queiroz, a Delegacia Regional do Trabalho de São Paulo, “era uma sucursal do partido, funcionava 100% para o partido. Seus funcionários trabalhavam tranqüilamente para o PTB. A delegacia fornecia máquinas de escrever, funcionários para datilografar as coisas, eventualmente uns passes de trem” (*apud* BENEVIDES, 1989: 26).

Assim, lembrando Panebianco (1990), a posição do PTB como sócio minoritário do governo permitia-lhe acesso a recursos importantes para sua manutenção (empregos, verbas, benefícios); recursos que foram utilizados em suas relações clientelistas, conforme indica Souza (1976), na tentativa de angariar um apoio eleitoral mais amplo. Essa posição o desestimulou a buscar os meios necessários à sua sobrevivência organizacional. Considerando que, além de dependente dos recursos do Estado, o partido ainda recrutava sua militância nos sindicatos, a fragilidade da organização petebista era ainda mais séria.

O apoio do PTB nos sindicatos possuía, como nos indicam os termos da “invenção do trabalhismo”, não apenas um sentido estratégico, considerando eleições e governo. No entendimento das elites getulistas, os sindicatos, e não os partidos, seriam a principal via de participação política dos trabalhadores. Obrigadas a se adaptarem às instituições liberais, aquelas elites buscaram imprimir um sentido essencialmente trabalhista, para não dizer sindicalista, ao partido que surgia. Para tanto, o apelo foi direcionado principalmente aos trabalhadores sindicalizados. As listas de inscrição, exigidas para o registro do partido, foram colhidas nos sindicatos pelos funcionários dos Institutos de Previdência Social (DELGADO, 1989: 97). Nos governos de Vargas e Juscelino, o Ministério do Trabalho coordenou diversas campanhas de sindicalização, certamente visando à ampliação do apoio político tanto aos governos quanto ao PTB, mas também buscando o aumento da participação dos trabalhadores, nos moldes em que

se acreditava mais adequados.

O problema surge quando o movimento sindical “escapa” dos controles corporativistas por um processo de complexificação e autonomização da estrutura sindical dos trabalhadores³. Em termos políticos, o primeiro passo foi dado por Goulart. Enquanto Ministro do Trabalho de Vargas, ele inaugurou os contatos diretos com sindicalistas, inclusive os comunistas, então destituídos de acesso ao processo decisório. Esses contatos perduraram pelo resto do período democrático. Em segundo lugar, os trabalhadores criaram estruturas sindicais paralelas e as intersindicais, inicialmente sob a liderança dos comunistas e, posteriormente, também dos petebistas. Essa diferenciação da estrutura sindical possibilitou a ascensão política de lideranças que, apoiando-se na mobilização sindical e social, eram autônomas em relação ao Estado.

Em termos históricos, o processo foi iniciado pelas campanhas de sindicalização implementadas pelos Ministros do Trabalho petebistas (Danton Coelho, Segadas Viana e Goulart) do governo de Vargas. Esse governo se empenhou tanto em aumentar o número de trabalhadores sindicalizados quanto o número de sindicatos (DELGADO, 1989: 114). Além das campanhas, o aumento da sindicalização explica-se também pelo aumento do emprego, propiciado pelo crescimento econômico. As condições salariais, o crescimento da inflação, a atuação dos petebistas e comunistas nos sindicatos contribuíram, junto com as campanhas de sindicalização, para a mobilização sindical na segunda metade da década de 1950.

O resultado do trabalho conjunto de comunistas e petebistas, nos sindicatos e nas campanhas nacionalistas, e da conjuntura econômica foi a adoção de uma linha reformista pela maioria dos sindicalistas e uma renovação dos quadros sindicais, que terminaram por impulsionar a complexificação e autonomização das organizações sindicais. Os “pelegos amarelos”, que sempre buscaram conter as mobilizações trabalhistas, conta Delgado (1989: 272), foram sendo substituídos por líderes que imputaram ao movimento uma nova dinâmica.

³ Distingue-se, na estrutura corporativa dos trabalhadores daquele período, um processo similar ao apontado por Diniz e Boschi (1978) na estrutura corporativa patronal, durante o Regime Militar, que permitiu a emergência dos empresários industriais como atores relativamente relevantes no cenário político brasileiro.

O impacto desse processo sobre o PTB foi forte e direto por dois motivos. Em primeiro lugar, porque o partido tinha nos sindicatos seu principal espaço de recrutamento. No entanto, esse recrutamento prescindia de uma socialização na solidariedade petebista, propriamente dita, mesmo porque não existia uma organização estruturada para esse trabalho. Enquanto os sindicalistas se orientaram pelos termos do trabalhismo getulista não houve problemas; quando principiaram a se livrar das “amarras corporativistas”, sua inserção no partido terminou por introduzir, na disputa pelo poder interno, um elemento transformador e contestatório autônomo, que legitimou as lideranças mais progressistas. Em segundo lugar, o impacto foi forte porque a ilegalidade do PCB deixava ao PTB não apenas o “quase monopólio” da representação das reivindicações trabalhistas, como pretendia Vargas e os getulistas, mas também porque o transformava no principal canal de participação dos comunistas na arena política.

Desde o início do período, havia fortes elementos de aproximação entre os dois partidos, mais especificamente, entre os trabalhistas doutrinários e a linha política então adotada pelo PCB. A tese dos comunistas era a de que o Brasil deveria atravessar a etapa “democrático-burguesa” antes de alcançar o socialismo (SEGATTO, 1981). Também para Pasqualini, o Brasil não possuía condições estruturais propícias para a implantação do socialismo e, portanto, o que poderia ser feito era uma reforma redistributiva no interior do capitalismo (DELGADO, 1989: 179). Seus ideais, contudo, sempre foram subordinados à orientação getulista. Apesar da proximidade ideológica, a presença de Vargas, o controle que ele e os getulistas exerciam sobre as áreas de incerteza organizacional e a ilegalidade do PCB afastavam as duas militâncias.

A atuação conjunta, no movimento sindical e nas campanhas nacionalistas, trouxera bons retornos eleitorais para o PTB, na medida que os comunistas passaram a se candidatar pelo partido ou a apoiar seus candidatos. Os petebistas, por seu turno, passaram a enfatizar a transformação social, ou seja, as reformas de base. Dos políticos eleitos, nas eleições de 1954, destacaram-se, na defesa dessas reformas: Aarão Steinbruch, Abguar Bastos, Brizola e Sérgio Magalhães (DELGADO, 1989: 259). Nas eleições estaduais e municipais de 1955, elegeram-se o sindicalista Clodsmidt Riani

como deputado estadual e Brizola para a Prefeitura de Porto Alegre. Ademais do crescimento eleitoral, a aproximação entre os dois partidos permitiu que os quadros do PTB se enriquecessem com a adesão do militante comunista, que era muito mais experiente e disciplinado que o petebista.

O ponto importante, a ser destacado aqui, é que as novas lideranças reformistas estavam menos comprometidas com o projeto inicial do PTB. Elas, conforme Delgado (1989:192), estavam mais “abertas a alianças com grupos de esquerda e, portanto, capazes de contribuir para que o movimento sindical pudesse, potencialmente, avançar em direção à exigência de práticas mais democráticas por parte do Estado e em seu próprio interior”. Foi esse o sentido da campanha do PTB já na eleição presidencial de 1955. Marcando sua posição à esquerda do espectro ideológico, o partido defende, então, o distributivismo salarial, a ampliação da participação eleitoral e a reforma agrária. O nacionalismo desses petebistas adquire um tom diferenciado daquele presente no partido em seus primeiros anos: passa-se a exigir o controle da remessa de lucros e a estatização das indústrias de bens de capital.

A complexificação e autonomização da estrutura corporativa dos trabalhadores e seu impacto sobre o PTB inscrevem-se em um processo mais geral de realinhamento do sistema partidário eleitoral, analisado por Souza (1976). De acordo com a autora, o fortalecimento do sistema partidário, a despeito da estrutura institucional vigente, ocorreu, sobretudo, em sua dimensão “representação” e não na “governativa”. No caso do PTB, esse fortalecimento ocorreu, como indicado, em virtude de sua transformação em um canal relativamente efetivo de expressão e representação, na arena política, da classe trabalhadora. Essa transformação é evidente na atração que o partido passa a exercer sobre políticos dos outros partidos e sobre o eleitorado. Entre 1950 e 1962, 15% dos políticos do PSD, 15,6% da UDN, 17% dos pequenos partidos trabalhistas e 8,1% dos pequenos partidos, migraram para o PTB (SANTOS, 2001). A representação do partido, na Câmara dos Deputados, passa de 16,8%, em 1951, para 28,4%, em 1963 (AMORIM NETO e SANTOS, 2001)⁴. Assim, apesar da crescente inserção do partido

⁴ Conforme dados de Nicolau, o percentual de cadeiras do PTB, na Câmara dos Deputados, evoluiu da seguinte maneira: 7,7%, em 1945; 16,8%, 1950; 18,7%, 1954; 19,3%, 1958; 25,7%, em 1962 (2004:90).

nas instituições da democracia representativa, a alteração do equilíbrio de poder interno, que passa das mãos dos getulistas para as dos reformistas, transforma um partido *para* os trabalhadores em um partido *de* trabalhadores, o que impediu a formulação de metas mais centristas que as que foram inicialmente definidas.

Tal logo essa alteração no equilíbrio de poder interno cristalizou-se, iniciou-se uma nova disputa em torno das estratégias a serem implementadas na busca das reformas de base: moderadas ou radicalizadas. As lideranças eleitas nos últimos pleitos, entre elas muitos comunistas, e a mesma militância indireta dos primeiros anos, mas que então se inseria em organizações sindicais mais complexas e autônomas, introduziram-se na disputa pelo poder organizacional e se dividiram entre o apoio a Goulart, um reformista moderado, e a Brizola, um reformista radical. “Embalado” por uma conjuntura política externa cada vez mais instável e fortalecido pelo crescimento do partido e das forças de esquerda, em geral, o grupo liderado por Brizola termina por retirar seu apoio ao Presidente Goulart, forçando-o a aceitar seus termos para a implementação das reformas de base. A não-negociação dessas reformas desloca o partido ainda mais para a esquerda do espectro ideológico. Assim, à mudança das metas, alia-se a radicalização das estratégias, o que era uma tendência do sistema. Tendência fomentada pela instabilidade política, cujas origens são atribuídas tanto ao baixo consenso em torno das instituições democráticas quanto à combinação institucional vigente no período (SOUZA, 1976; SANTOS, 1986). Movimento completamente inverso foi realizado pelo PT no período atual.

III - PT: da revolução socialista ao aperfeiçoamento da democracia

Entre os primeiros petistas, destacaram-se militantes vinculados às Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e pastorais da Igreja Católica e aos sindicatos do ABC paulista; intelectuais e políticos, vinculados à antiga Tendência Popular do MDB; militantes de grupos e partidos clandestinos de esquerda, de orientação leninista e trotskista, tais como Ação Popular (AP), Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Partido Revolucionário Comunista (PRC) e o que havia restado da Ação Libertadora Nacional (ALN); grupos

de esquerda diversos, como: Convergência Socialista (CS), Democracia Socialista (DS), Causa Operária (CO) e O Trabalho (OT).

A reunião dessa pluralidade de atores implicou a convergência de uma pluralidade de interesses/preferências, muitos deles distantes do ideário democrático-liberal. A despeito dessa pluralidade, esses grupos possuíam uma “área de igualdade”, como diria Pizzorno (1975), a partir da qual se sedimentava a solidariedade necessária para a ação coletiva, qual seja, a oposição à ordem política vigente. Com esse objetivo, os petistas inseriam-se em um movimento social mais amplo de oposição ao Regime Militar, que havia aumentado no final da década de 1970. No entanto, se o “estar na oposição” constituía o elemento mais forte a unir os petistas, o objeto de oposição e, por via de consequência, a meta do partido, variava entre seus segmentos mais importantes.

Os grupos da esquerda, trotskistas e leninistas, opunham-se a todos os “governos burgueses”, desembocando em uma negação das próprias instituições liberal-democráticas e, no limite, do capitalismo. A meta do partido, em seu entendimento, deveria ser a organização dos trabalhadores, tendo em vista o alcance, pela via revolucionária, do socialismo. Entre os trotskistas, destacaram-se os grupos DS e CS que procuraram firmar-se como grupos revolucionários e estratégicos na luta pelo socialismo. Entre os leninistas, destacaram-se o MEP e o PRC. No entendimento dos dois grupos, conforme Novaes (1993: 220), “o PT era uma frente, uma arena de atuação tática, até que se criassem condições para o surgimento de um partido de vanguarda no país”. Trotskistas e leninistas defendiam a manutenção de suas redes de lealdades originais e total autonomia para os grupos e militantes que aderiram ao PT. Ambos foram, conforme Singer (2001: 20), o “veículo” que levou Marx ao ABC. Através deles, os sindicalistas tomaram conhecimento do papel do movimento operário na evolução do capitalismo. Além dessa contribuição, esses grupos, dadas suas experiências política e organizacional e sua militância, foram fundamentais para que o partido conseguisse se organizar a tempo de disputar as eleições de 1982.

Embora significativa, a contribuição que os grupos de esquerda fornecia não lhes permitia forçar suas posições dentro do partido, o que não significa que tentativas nesse sentido não tenham sido realizadas. Os sindicalistas freqüentemente os acusaram de

tentar impor visões preconcebidas. Além de não possuírem recursos suficientes para impor suas posições, eles também não se legitimavam externamente. Cabe lembrar que a oposição ao Regime Militar alicerçava-se na defesa das instituições democráticas e que o principal conduto da redemocratização, tacitamente negociado entre governo e oposição, foi a reforma partidária.

De certa maneira, os segmentos católicos e os sindicalistas estavam em consonância com esse caráter institucionalizado da transição e percebiam as teorias marxistas como demasiado distantes da realidade brasileira. Os sindicalistas haviam decidido criar um partido que representasse os trabalhadores na arena política, o que lhes daria autonomia e distinção frente à legenda do PTB, então recuperada por Ivete Vargas, e à do PMDB, que reunia os grandes nomes da oposição ao Regime Militar. A participação eleitoral e a busca de posições de governo, em nome dos trabalhadores, sempre estiveram entre os objetivos desse grupo. No entanto, os sindicalistas e os militantes vinculados à Igreja não possuíam uma formulação teórica consistente acerca do tipo de sociedade que buscavam e, mesmo se a possuíssem, também não detinham os recursos organizacionais necessários para impor suas posições aos outros grupos. Além disso, não havia disposição, nesses dois grupos, para definir isoladamente os rumos do partido. A democracia era uma bandeira reivindicada e defendida não apenas para o Brasil, mas também para a própria organização. A participação de todos os militantes na construção do partido é uma de suas idéias mais fundamentais, construída no movimento operário e na militância católica. Essa idéia foi destacada na Carta de Princípios, um dos primeiros documentos do partido, reforçada em todas as publicações oficiais posteriores e sedimentada nos procedimentos de tomada de decisão.

Temos inicialmente, portanto, uma solidariedade cimentada, em termos bastante gerais, na situação de oposição, e um conflito em torno dos objetivos específicos do partido. No que se refere a esses objetivos, temos posições firmes e elaboradas dos grupos de esquerda, posições ambíguas dos sindicalistas e militantes católicos, ou seja, uma pluralidade de preferências e expectativas. Pluralidade comum na maioria dos partidos, inclusive no PTB, como visto, mas que ganha relevância no PT, na medida em que se combina com dispersão dos recursos necessários para a construção e manutenção

da organização. Nesse quadro, a solidariedade petista foi construída a partir do desiderato de participação da militância nas decisões e da institucionalização da regra da maioria como método de solução dos conflitos. Foi a partir dessa regra, formalizada em arranjos que chegam a possuir considerável complexidade mais recentemente, que a sedimentação de uma “área de igualdade”, em torno dos ideais de socialismo e democracia, tornou-se possível.

Considerando a pluralidade de posições ideológicas petistas e a possibilidade de que essa pluralidade fosse livremente expressa pelas diversas lideranças, cabe salientar que a distinção entre os diferentes equilíbrios entre democracia e socialismo, aqui realizada, foi possível apenas a partir da análise das resoluções dos encontros e congressos⁵, ou seja, das posições formais do partido, que representam um certo consenso, e não das posições dos grupos ou de lideranças individuais. Mesmo nessas resoluções, percebe-se que o consenso só se torna possível pela introdução de termos e idéias ambíguos.

Até o final dos anos 80, o equilíbrio favorece o ‘socialismo’. Constata-se, então, uma dispersão maior das preferências dentro do partido e uma capacidade dos grupos de esquerda, embora minoritários, de fazer valer seus interesses. Nesse período, a meta do partido, discutida e aprovada nos diversos fóruns, é a “Revolução Socialista”. Com a crescente inserção do PT, nas instituições da democracia representativa; o crescimento dos grupos de centro, centro-direita e direita na organização; e, por fim, a moderação, saída ou diluição dos grupos organizados de esquerda, a ênfase no socialismo vai gradativamente se deslocando para a democracia. No início da década de 90, tem-se um novo equilíbrio entre democracia e socialismo, e a “Revolução Democrática” torna-se a meta oficial do partido. Com a possibilidade, que se tornava a cada eleição mais real, de conquistar a Presidência da República, o PT, no final da década de 90, retira o “peso” do termo ‘revolução’ e a meta partidária passa a privilegiar formas de “aperfeiçoar” a democracia brasileira.

⁵ Em PARTIDO DOS TRABALHADORES. Resoluções de Encontros e Congressos, 1988. Doravante PT-REC.

Os fatores que contribuíram para a moderação das estratégias petistas e, assim, para impulsionar a elaboração de metas mais ao centro do espectro ideológico, foram a deslegitimação mundial do “socialismo real” e a estabilidade da democracia brasileira. Assim, a trajetória política do PT está estreitamente relacionada com a estabilidade do sistema político mais geral, corroborando a tese de Przeworski. Como ocorreu no PTB, fatores exógenos à organização influenciaram a dinâmica dos jogos ali realizados, levando à reestruturação dos equilíbrios entre os principais atores. Nesse processo, adquirem destaque o surgimento da Articulação, o “enquadramento” dos grupos organizados de esquerda, a busca de autonomia frente aos movimentos sociais e a efetiva implementação da regra da proporcionalidade na distribuição do poder interno.

A Articulação foi formada em meados de 1983, no bojo da desilusão provocada pelos resultados das eleições de 1982: apenas oito deputados eleitos, a despeito do intenso trabalho da militância. A iniciativa para sua criação partiu dos sindicalistas; o objetivo era fazer o partido “voltar às bases” e consolidar sua influência na sociedade, particularmente, nos movimentos sociais. Gradativamente, a Articulação conquistou a adesão dos militantes católicos, de intelectuais e ativistas independentes e se consolidou como o “núcleo duro”, o grupo de maior expressão do partido (MELO, 1994: 58; KECK, 1991: 135-7).

Até 1983, o sistema eleitoral interno estava organizado de forma que os integrantes da chapa vencedora ocupassem todos os cargos nos órgãos de direção do partido. A partir de então, várias chapas passaram a competir e os cargos começaram a ser preenchidos proporcionalmente à votação obtida por cada uma. No entanto, como a chapa vencedora tinha prioridade na escolha dos cargos, e, até o início da década de 90, essa chapa era a da Articulação, terminavam sobrando para as lideranças minoritárias, as de esquerda, as secretarias menos interessantes. No VII Encontro Nacional, em 1990, e no I Congresso, em 1991, são instituídas novas regras com o objetivo de tornar a proporcionalidade mais “qualificada”. A partir de então, na distribuição dos cargos, as chapas majoritárias não tiveram mais prioridade na escolha. Esse ponto, o enquadramento dos grupos organizados e a busca de autonomia frente aos movimentos

sociais, serão retomados abaixo, na medida em que se relacionam estreitamente com os desafios colocados pela inserção do partido nas instituições representativas.

Até 1986, os grupos de esquerda apresentaram-se unidos nos encontros. Conquistaram 34,2% e 27,8% dos votos, nos encontros de 1984 e 1986, respectivamente (PT-REC, 1988: 138, 196). O controle da Articulação não significava a desconsideração dos valores e interesses desses grupos, na definição das metas do partido, mesmo porque eles estavam unidos, possuíam forte respaldo nas bases e detinham recursos importantes. Essa divisão do poder petista, aliada à grande dispersão das preferências, fez com que a meta de “Revolução Socialista” fosse formulada com um “alto grau de imprecisão”, como diz Meneguello (2003: 39), do socialismo a ser buscado. Na Resolução do I Encontro, em 1981, os petistas argumentam:

O socialismo que nós queremos se definirá por todo o povo, como exigência concreta das lutas populares, como resposta política e econômica global a todas as aspirações concretas que o PT seja capaz de enfrentar. (...) O socialismo que queremos não nascerá de um decreto, nem nosso, nem de ninguém. O socialismo irá se definindo nas lutas do dia-a-dia, do mesmo modo como estamos construindo o PT. O socialismo terá que ser a emancipação dos trabalhadores. E a libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores (PT-REC, 1998: 114).

O argumento será retomado em 1991, quando a queda do socialismo no Leste europeu suscita um último debate em torno da questão. A disposição para construir uma “versão própria” de socialismo, no que se percebe a força dos sindicalistas, justificou-se pela recusa veemente do “socialismo burocrático” e da social-democracia. Em praticamente todos os documentos, os petistas fazem questão de salientar sua repulsa ao “socialismo real”.

A ambigüidade da participação eleitoral e a tentativa de fomentar nos trabalhadores uma consciência de classe estavam claras nos *slogans* da campanha eleitoral de 1982: “Trabalhador Vota em Trabalhador” e “Vote no Três Que o Resto é Burguês”. Nas eleições de 1985 e 1986, o partido já utiliza uma linguagem mais descontruída, o que resulta no início de seu crescimento nas grandes cidades. No

entanto, o ponto de inflexão do partido, no que se refere ao caráter anti-sistêmico, foi o encontro de 1987, quando a esquerda se divide em três grupos e a Articulação conquista a maioria dos votos: 59% (PT-REC, 1998: 302). Apesar da queda na votação da Articulação, a divisão da esquerda possibilitou-lhe enfrentar diversos impasses, tanto no plano político quanto no organizacional, até então protelados.

No encontro de 1987, rejeita-se a possibilidade de se distinguir, na sociedade brasileira, uma burguesia nos moldes marxistas. A idéia de partido de vanguarda também é explicitamente rejeitada. De maneira geral, no entanto, a posição dos petistas ainda é a de que a vigência da democracia, sob o capitalismo, possui um caráter formal, o que requeria a luta para a conquista da hegemonia na sociedade e nas instituições políticas (PT-REC, 1998: 317-20). Após um acúmulo, os trabalhadores poderiam liquidar o “poder burguês” e instalar um Estado Socialista. Além disso, decide-se pela institucionalização de regras que irão desembocar na diluição, saída ou expulsão dos grupos organizados de esquerda e se prescrevem medidas destinadas a fomentar a autonomia entre o partido e os movimentos sociais.

Em seus primeiros anos, a relação entre PT e esses movimentos foi de reforço mútuo (KECK, 1991: 222; MELO, 1994: 60). A filiação a um movimento social praticamente implicava filiação ao partido, o que evidencia uma estrutura de recrutamento indireta, como ocorria no PTB. Essa relação refletia, ademais, a noção de partido que orientou os primeiros passos dos petistas: construir um partido de classe, independente, enraizado na sociedade.

Nos encontros de 1986 e 1987, já encontramos um posicionamento diferente. Os petistas afirmam o equívoco da “idéia de que o PT deveria ser o reflexo dos movimentos sociais, representante desses movimentos no plano político”, e ressaltam a necessidade de escapar do “espontaneísmo”, por meio de uma organização melhor das instâncias do partido. A estratégia elaborada foi a de ampliar os espaços de debate e de formação da militância, tais como, núcleos de base, campanhas, plenárias (PT-REC, 1998: 349-55).

Na verdade, os problemas de ação coletiva com os quais o partido se confrontava, na segunda metade da década de 80, tinham origem não apenas em sua

vinculação estreita com os movimentos sociais, mas também na ação dos grupos que agiam autonomamente em seu interior. Para tanto, dever-se-ia não apenas organizar melhor o partido, distinguindo mais claramente seus objetivos daqueles definidos pelos movimentos sociais, mas também coibir a ação dos grupos que transformavam a organização em instrumento estratégico na luta por objetivos definidos alhures. Essa discussão existia no PT desde sua fundação, mas não encontrava solução. No IV Encontro Nacional, em 1986, a atuação dos grupos de esquerda já se mostrava sobremaneira prejudicial à imagem externa da organização, evidenciando o desequilíbrio entre os custos de sua atuação e a contribuição que eles ofereciam⁶. Na resolução, reafirma-se o caráter partidário, e não frentista, do PT, salientando que a disposição para manter o partido democrático não significava tolerância à indisciplina ou à atuação contrária aos seus princípios. Incumbe-se, então, ao Diretório Nacional a responsabilidade de discutir o assunto e propor soluções. Realizado esse trabalho, o V Encontro aprovou a “Resolução sobre Tendências”, segundo a qual a ação política deveria estar rigorosamente orientada pelos princípios e decisões da organização sob pena de sanções específicas. Buscando preservar a democracia, decidiu-se que os filiados poderiam agrupar-se em “Tendências Internas” (PT-REC, 1998: 360).

As regras e providências de 1987 lograram diluir os traços anticapitalista e anti-institucional petista, mas não implicaram mudança imediata da meta de “Revolução Socialista”. Nas eleições municipais de 1988 e 1990, o partido amplia suas coligações e cresce eleitoralmente: elege 37 prefeitos e 1007 vereadores, em 1988, e 35 deputados federais e 82 estaduais em 1990 (KINZO: 1993).

Os grupos organizados, diante dos constrangimentos interpostos pelas regras de 1987 e dos novos interesses relacionados à inserção institucional dos petistas, reposicionaram-se na organização. Ainda em 1987, surge a Vertente Socialista (VS) com um discurso de revitalização da democracia petista. O MEP dissolve-se e alguns de seus integrantes se aliam a setores da Ala Vermelha e a grupos menores dando origem à tendência Força Socialista (FS). A CS e a CO não se submetem às novas regras e

⁶ Em 1986, houve um assalto a uma agência do Banco do Brasil, em Salvador, por militantes do PCBR, que se declararam membros do PT (KECK, 1991: 138).

continuam a fazer oposição às administrações petistas. Em 1989, o PRC divide-se, formando o Movimento por uma Tendência Marxista (MTM) e Nova Esquerda (NE). Em seguida, a NE migra da esquerda, indo posicionar-se à direita da Articulação, empurrando-a, juntamente com a VS, para o centro. Mantiveram-se à esquerda: CS, DS, MTM, OT, CO, FS. Com exceção do MTM e da FS, esses grupos ainda mantinham organização diferenciada, assim como os grupos VS e NE (LACERDA, 2002: 61-2; MELO, 1994: 71-2).

A derrocada do “socialismo real”, no Leste europeu, contribuiu sobremaneira para a deslegitimação dos interesses revolucionários e assim para aumentar, ainda mais, a movimentação dos grupos de esquerda. No encontro de 1990, a NE alia-se à VS, dando origem à Democracia Radical (DR), que se apresenta como defensora decidida de alianças com partidos do centro. Na votação, a esquerda permaneceu dividida, como em 1987, e a Articulação manteve sua supremacia, conquistando 56% dos votos⁷. Somando-se os votos da Articulação e da DR, chega-se à considerável soma de 73% da votação. Logo no início daquele ano, a DS mostra-se mais flexível. Elabora a “estratégia da pinça”, defendendo o caráter revolucionário do PT e seu papel dirigente na luta popular (MELO, 1994: 101). Essa tendência aproximar-se-á, daí para frente, da Articulação, buscando formar uma nova maioria e, assim, coibir os avanços da direita, ou seja, da DR. A CO é expulsa e a CS sai, em 1991, formando o Partido Socialista dos Trabalhadores - Unificado (PSTU).

O desiderato socialista continua a se desintegrar no I Congresso, em 1991, e no VIII Encontro em 1993. No congresso, os petistas buscam fazer “a atualização de seu projeto histórico”, defendem a construção de um *socialismo renovado*, mas já colocam a democracia como “meio e fim” para a realização dos interesses dos trabalhadores. A despeito da evolução no sentido da democracia, da recusa de todo e qualquer tipo de autoritarismo, faz-se uma ponte com o passado pela reafirmação da meta revolucionária (PT- REC, 1998: 497-500). No entanto, a revolução torna-se mais social que política.

⁷ A esquerda apresenta 2 chapas: “PT de luta e de massas”, (11%), pela CS e OT e “Alternativa socialista e revolucionária”, (16%), pela DS, FS e MTM. A Articulação apresenta “Articulação da luta socialista”. A DR alcança 17% dos votos com a chapa “Socialismo e liberdade” (Melo, 1994: 74; REC-PT, 1998).

No encontro de 1993, o equilíbrio de poder interno altera-se. Os grupos da esquerda continuaram a se dividir. Passam a buscar, nas bases, apoio para a defesa das origens do partido e de manutenção de seus vínculos com as lutas dos trabalhadores. A estratégia da esquerda surtiu os efeitos desejados. A Articulação, pressionada pelos grupos que surgiram à sua direita para orientar o partido para posturas mais “realistas”, perde legitimidade diante de grande parte das bases e se divide em um grupo de centro-direita, Articulação Unidade na Luta, e outro de centro-esquerda, Articulação de Esquerda, perdendo o controle do partido⁸. Essas divisões certamente foram encorajadas pelo fato de que, conforme estabelecido pelo I Congresso, a regra proporcional seria aplicada de forma mais criteriosa. Considerando que haveria negociação na distribuição dos cargos, não havia porque ficar fazendo coligações prévias. De qualquer forma, a Articulação Unidade na Luta conquista 29,34% dos votos nesse encontro.

Na resolução de 1993, a “Revolução Democrática” torna-se a meta formalmente posta para um eventual governo Lula (PT-REC, 1998: 547-8). Ademais da derrocada do socialismo, da crescente inserção dos petistas no Estado⁹, impulsionada por um apelo cada vez mais amplo na arena eleitoral, a estabilidade da democracia brasileira e a conjuntura internacional contribuíram para que os petistas transformassem sua meta e moderassem sua estratégia. A legitimidade das instituições liberal-democráticas ganhara proporções inusitadas na história brasileira no contexto de oposição ao Regime Militar. Com a promulgação da Constituição e a estabilidade política, evidenciada nas transições de governo sem qualquer tentativa de quebra da legalidade, o Brasil passava a integrar o grupo das democracias estáveis. Com estabilidade da ordem e incentivos cada vez maiores por uma atuação política institucionalizada, a reivindicação de uma “Revolução Socialista” deixara de ser a melhor estratégia. Havia espaço para negociação.

⁸ Formaram-se 4 campos: Na esquerda, a chapa “Na Luta PT” (FS, MTM e OT) conquistou 19,11%. Na centro-esquerda, a chapa “Uma opção de Esquerda”, capitalizada pela Articulação de Esquerda, DS, grupos anteriormente vinculados à VS e à NE, conquistou 36,48%. Na centro-direita, a chapa Articulação Unidade na Luta” obteve 29,34% e a “Democracia Radical”, 11,58%. Na direita, a chapa “Sem medo de ser socialista pela base com independência”, obteve 13,47%. (PT-REC, 1998: 544; MELO, 1994: 101-2).

⁹ Em 1992, o PT elege o prefeito em 53 cidades. Em 1994, elege 2 governadores, 4 senadores 50 deputados federais e 92 estaduais (SINGER, 2001: 64-5 e 92).

No X Encontro Nacional, em 1995, os grupos situados à direita, centro-direita e centro recuperam o controle do partido, conquistando 53,79% da votação¹⁰. Rearticula-se assim uma nova maioria, que irá se ampliar com o impulso dado pelos resultados das eleições municipais de 1996, quando o PT elege o prefeito de 111 cidades. No encontro de 1997, esses grupos angariam 62,19% da votação¹¹. No II Congresso, em 1998, quando se aprova o “Programa para a Revolução Democrática: por um Brasil livre, justo e solidário”, essas tendências chegam a 67,1% dos votos¹². As propostas desse programa, como salienta Singer (2001: 45), caracterizam-se todas como de aperfeiçoamento da democracia através de reformas: fiscal, tributária, institucional. Prevê-se uma revisão da estrutura agrária e, por fim, surpreendentemente, quando lembramos as propostas da campanha de 1982, cogita-se que a reforma agrária “*pode* ser um componente fundamental de um projeto de desenvolvimento sustentado, descentralizado e harmônico” (Resoluções do II Congresso. Grifo meu).

A modificação do interesse em torno da reforma agrária mostra bem o sentido da trajetória ideológica do partido, resultado da crescente hegemonia dos grupos situados ao centro e à direita do espectro político interno, com fortes interesses na conquista do governo federal. O deslocamento para posições mais ao centro do espectro político-partidário possibilitou um desempenho ótimo do partido nas eleições de 2000 (3,4% dos prefeitos e 4,1% dos vereadores) (MELO, 2007) e a ampliação máxima, em 2002, do leque das alianças eleitorais, alcançando o Partido Liberal, do outro lado do espectro partidário. Estratégia que resultou na conquista da Presidência da República.

¹⁰ Para a disputa formaram-se 4 chapas: à direita, a “Democracia Radical”, que obteve 7,58% da votação; na posição de centro-direita, a “Articulação Unidade na Luta” obteve 40,34%; ao centro formou-se a chapa “Velhos sonhos, novos desafios”, 5,87%; na centro-esquerda, “Socialismo e democracia” obteve 46,21% da votação, defendida pela DS e Articulação de Esquerda.

¹¹ As chapas foram: à esquerda: “Luta socialista”, 37,82%, composta por MTM, OT e FS”; ao centro: “Socialismo e liberdade”, 11,09%; à direita: “Democracia Radical”, 11,82%; “Nova democracia”, 4,55%, e “Articulação unidade na luta”, 34,73%. (PT-REC, 1998: 650; LACERDA, 2002: 68).

¹² A esquerda apresenta três chapas: “Socialismo ou Barbárie” pela Articulação de Esquerda, FS, MTM e obtém 20,83%; “Fiel ao PT das origens”, pelo OT, 2,08%; “Nosso Tempo”, pela DS, 9,86%. No centro, “Movimento PT” obtém 12,61%. Na direita, “PT de luta e de massas”, 2,85%; “Revolução Democrática”, pela Articulação

Unidade na Luta, 43,64%, “Democracia Radical”, 8% (Resolução II Congresso; Lacerda. 2002, pp. 63-9).

CONCLUSÃO

A análise das trajetórias ideológicas do PTB e do PT estruturou-se no argumento de que o posicionamento dos partidos, no espectro ideológico partidário, é dado pelas suas metas/preferências e pelas estratégias elaboradas para sua implementação. As mudanças nesse posicionamento resultam da influência tanto de fatores internos quanto externos à organização partidária. A proposição que orientou a discussão foi a de que, nos sistemas multipartidários, quanto maior for, ou tornar-se, a inserção dos partidos trabalhistas na arena estatal, maior a possibilidade de que a coalizão dominante trace metas situadas mais ao centro, na medida em que essa inserção lhe exige contemplar uma gama maior de interesses. Entretanto, o grau de estabilidade do sistema político mais geral pode inverter esse movimento e impulsionar o partido para a esquerda.

A mudança nas metas do PT foi impulsionada, como ocorreu com os partidos social-democratas europeus, pela sua crescente inserção nas instituições da democracia representativa. Essa inserção exigiu de suas lideranças, a grande maioria delas inseridas no partido desde sua criação, a ampliação de suas metas, direcionando-as para um eleitorado maior e não apenas para os trabalhadores. Nessa caminhada, o PT passou a priorizar a luta institucional em detrimento da luta social; “enquadrou”, nas regras partidárias, os grupos que agiam autonomamente em seu interior; autonomizou-se em relação aos interesses definidos pelos movimentos sociais, especialmente o sindical; posicionou-se de forma mais consistente em relação ao socialismo e à democracia. O PTB, por outro lado, apesar de fortemente inserido nas instituições estatais, teve seu equilíbrio de poder organizacional alterado pela incorporação de lideranças comunistas e reformistas, oriundas tanto do PCB quanto das novas organizações sindicais que emergiram no período. Essa incorporação reestruturou o poder organizacional, favorecendo as lideranças reformistas, presentes no partido desde suas origens. O partido passou então a propugnar reformas de base a favor dos trabalhadores, deslocando-se, portanto, da posição de centro-direita para uma posição de esquerda no espectro ideológico.

Além da mudança nas metas, o posicionamento ideológico de ambos os partidos foi influenciado pela radicalização e moderação de suas estratégias. Radicalização e

moderação que foram, antes de tudo, atributos dos sistemas políticos em que ambos se inseriam. No período de 1945-64, o desenho institucional e a falta de legitimidade que os atores políticos atribuíam às instituições liberal-democráticas fomentaram uma instabilidade política permanente, evidenciada nos recorrentes jogos de mudança institucional à revelia das regras e procedimentos instituídos. Instabilidade que contribuiu para o aumento da incerteza sobre possibilidades de retornos futuros para concessões no presente, o que, com a fragmentação dos recursos (cadeiras) entre os partidos na Câmara, a partir do final da década de 1950, abriu a possibilidade para que todos os atores políticos acreditassem que a radicalização de suas estratégias pudesse levar a resultados satisfatórios¹³. Naquele quadro, os petebistas também radicalizaram e, com isso, deslocaram-se ainda mais para a esquerda do espectro ideológico.

O consenso entre os atores políticos atuais, pelo menos entre os que são relevantes, em torno da democracia, é evidente na ausência de metas e estratégias, elaboradas e implementadas, que desconsideram as instituições vigentes. A estabilidade do regime democrático incentiva a cooperação, a negociação entre os atores, na medida em que aumenta o horizonte temporal do jogo político. Nesse contexto, é possível fazer concessões no presente com vistas a retornos futuros. Além de uma maior valorização das regras democráticas, outro fator facilita, ou induz, a negociação político-partidária no Congresso Nacional no período atual: a centralização do processo decisório nas mãos das lideranças partidárias e do Poder Executivo. Nesse contexto de irredutibilidade das regras e procedimentos liberal-democráticos, de estabilidade do regime, e de maior coordenação do processo decisório por parte dos líderes parlamentares e do Executivo, a moderação das estratégias e metas partidárias tem-se apresentado como a melhor opção para todos os atores políticos, inclusive para os petistas.

Referências bibliográficas

¹³ A fragmentação do poder político acelerou-se a partir das eleições de 1954 e, nas eleições de 1962, a distribuição das cadeiras já favorecia mais aos partidos de esquerda que os de direita. Conforme indicado por Santos (1986: 79), no último pleito, os partidos de esquerda alcançaram 34,5% da representação; os de centro, 34,9%; e os de direita, 24,6%. Em 2002, quando Lula conquista a Presidência, temos uma fragmentação dos recursos bastante semelhante, com as forças de esquerda detendo 32,2% da representação; as de centro, 28,2%; e as de direita, 39,4% (Melo y Anastasia, 2003: 140).

AMORIM NETO, Otávio e SANTOS, Fabiano. A conexão presidencial: facções pró e antigoverno e disciplina partidária no Brasil. Rio de Janeiro, 2001, *Dados* [on line], v. 44, n° 2 Disponibilidade <<http://scielo.br/scielo.php>> Acesso: out.2007.

BENEVIDES, Maria V. *O PTB e o trabalhismo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

CERQUEIRA, ELI D. e BOSCHI, Renato R. *Empresariado nacional e Estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária, 1978.

DELGADO, Lucia. *PTB*. São Paulo: Ed. Marco Zero, 1989.

DOWNS, Anthony. *Uma Teoria Econômica da Democracia*. São Paulo: EDUSP, 1999.

DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.

ELSTER, J. *Actions and Events*. Ed. E. Lepore, B. McLaughlin, Basis Blackwell, 1986

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

GOMES, Ângela. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Ed. Vértice e Ed. Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.

KECK, M. E. *PT - A lógica da diferença*. São Paulo: Ed. Ática, 1991.

LACERDA, Alan. O PT e a Unidade Partidária como Problema. Rio de Janeiro, 2002, *Dados*, v. 45, n. 1, pp. 39-76.

MELO, Carlos R. *O PT e a democracia*. Dissertação Mestrado Ciência Política, FAFICH, UFMG, Belo Horizonte, 1994.

_____. Sistema partidário, o presidencialismo e reforma política no Brasil. In: SOARES, Gláucio e RENNÓ, Lucio (Orgs.), *Reforma política: lições da história recente*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, pp. 157-175, 2006.

_____ e ANASTASIA, Fátima. Lula Y Brasil: miedo, esperanza y los más diversos intereses. Ecuador, 2003, *ÍCONOS – Revista de FLACSO*, n. 15, pp. 134-144.

MENEGUELLO, R. A face dominante da esquerda brasileira: avanços, mudanças e dilemas do Partido dos Trabalhadores. Rio de Janeiro, 2003, *Cadernos Adenauer*, v. 1, pp.39-55.

NICOLAU, J. Partidos na República de 46: Velhas teses, novos dados. Rio de Janeiro, 2004, *Dados*, v. 47, n. 1, pp. 85-129.

NOVAES, C. PT: Dilemas da burocratização. São Paulo, 1993, *Revista Novos Estudos CEBRAP*, n. 35, pp. 217-236.

PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de partido*. Madrid: Alianza Editorial, 1990.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos* (PT-REC). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções do II Congresso; Resolução do XII Encontro Nacional* [on line]. Disponibilidade: <<http://www.fpa.org.br/memoria>> Acesso: out. 2007.

PIZZORNO, A. *Participacion Y cambio social en la problemática contemporánea*. Buenos Aires: Ediciones. SIAP/ Palnteos, 1975.

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social democracia*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

REIS, Fábio. W. *Mercado e Utopia*. São Paulo: Ed. USP, 2000.

SANTOS, Wanderley G. *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. São Paulo: Vértice, 1986.

SANTOS, A. M. Sedimentação de lealdades partidárias no Brasil: Tendências e descompassos. 2001, *RBCS*, v. 16, n. 45, pp. 69-83.

SARTORI, G. *Partidos e sistemas partidários*. Brasília: UNB, 1982.

SEGATTO, J. A. *Breve história do PCB*. São Paulo: Livraria Ed. Ciências Humanas, 1981.

SINGER, André. *O PT*. São Paulo: Publifolha, 2001.

SOARES, Gláucio A. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

SOUZA, Maria. C. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega Ltda, 1976.

TSEBELIS, G. *Jogos Ocultos*. São Paulo: Edusp, 1990.